



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

CONCORRÊNCIA Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026

OBJETO: Implantação de Sistema de Abastecimento de Água na Comunidade Vitória, no Município de Porto Walter/Ac. – Convênio 942440/2023.

DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO: 09/06/2026 às 08:00 hrs.

MODO DE DISPUTA: Aberto (artigo 56, da Lei Federal nº14.133/2021).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior Percentual de Desconto global (artigo 6º, Inciso XXXVIII, alínea “a” da Lei Federal nº 14.133/2021).

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por valor global

AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 442/2026 e Decreto Municipal nº 211/2023.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões de Sessões Públicas de Licitações, Rua Alfredo Sales, S/N – Centro Administrativo de Porto Walter.

EDITAL COM INVERSÃO DE FASES: SIM

RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO CERTAME: Cleomacio Francisco da Silva, Agente de Contratações, sendo auxiliado pela equipe de apoio e assessoramento técnico.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

2

PREÂMBULO

O Município de Porto Walter, pessoa jurídica Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ/MF nº 63.603.625/0001-68, com sede à Rua Alfredo Sales, S/N – Centro, Porto Walter/AC, através do seu Agente de Contratação, torna público que se fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO GLOBAL**, critério de julgamento será por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, tendo por finalidade a **IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COMUNIDADE VITÓRIA, NO MUNICÍPIO DE PORTO WALTER/AC. – CONVÊNIO 942440/2023.**

1.1. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 211/2023 e demais normas aplicáveis, legislações complementares e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2. O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei nº. 14.133/2021.

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.portowalter.ac.gov.br, e/ou <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/>. Os anexos poderão ainda ser solicitados através do e-mail porto.walter.cpml@gmail.com.

1.1.4. A sessão pública desta CONCORRÊNCIA dar-se-á de forma PRESENCIAL, em consonância ao Art. 176º da Lei Federal 14.133/2021 que dispõe:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o [§ 2º do art. 17 desta Lei](#);

Dispõe ainda:

§ 5º Na hipótese excepcional de licitação sob a forma presencial a que refere o § 2º deste artigo, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.

1.1.5. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Agente de Contratação.

2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

3

2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo Nº 018/2026**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade objetivo de que lhe são correlatos.

2.2. Todo o procedimento licitatório será realizado Presencialmente na Sede do Centro Administrativo da Prefeitura de Porto Walter, e a sessão pública será gravada em áudio e vídeo e posteriormente será acostada aos autos.

3. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

3.1. DO OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COMUNIDADE VITÓRIA, NO MUNICÍPIO DE PORTO WALTER/AC. – CONVÊNIO 942440/2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS:

DESCRIÇÃO	VALOR
Implantação de Sistema de Abastecimento de Água	R\$ 576.334,66

3.3. DO PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO e demais obrigações são aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – Projeto Básico, o qual foi devidamente aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesa do órgão requerente;

3.4. DO PERÍODO DE EXECUÇÃO;

Os serviços deverão iniciar em até 5 (cinco) dias corridos, após o recebimento pela empresa da Ordem de Serviço.

3.4.1. O prazo para a conclusão da obra está estimado em 60 (sessenta) dias corridos, conforme Cronograma Físico-Financeiro, contado a partir do recebimento da ordem de serviços pela contratada.

3.4.2. Eventuais solicitações de prorrogação de prazo para execução da obra somente serão admitidas se estiver de acordo com o art. 111 da Lei 14.133/21.

3.4.3. Os requerimentos de prorrogação de prazo para execução da obra deverão ser encaminhados, devidamente justificados e acompanhados dos documentos comprobatórios das alegações apresentadas, ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 15 dias do prazo final para cumprimento da respectiva obrigação.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

4

3.4.4. O prazo de início e entrega da obra será de acordo com o cronograma físico-financeiro, assinada pelo Responsável Técnico da obra.

4. DA GARANTIA DA OBRA

4.1. A contratada responderá pela solidez, segurança, qualidade, durabilidade e perfeito funcionamento dos serviços executados, materiais empregados e sistemas implantados, obrigando-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, quaisquer vícios, defeitos, falhas ou irregularidades constatadas durante a execução contratual ou no período de garantia da obra, independentemente de dolo ou culpa.

4.2. Nos termos do art. 140, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis e da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, a contratada ficará responsável pela garantia da obra pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contado da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, especialmente quanto à solidez e segurança da execução, dos materiais e dos serviços empregados.

4.3. Durante o período de garantia, a Administração poderá notificar a contratada para realização de reparos, correções, substituições ou adequações necessárias decorrentes de defeitos construtivos, vícios de execução, falhas operacionais ou inadequações técnicas identificadas, devendo a empresa promover as medidas corretivas no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.

4.4. A recusa, omissão ou atraso injustificado na execução das correções necessárias sujeitará a contratada às penalidades previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da execução das garantias contratuais, responsabilização civil, administrativa e eventual ressarcimento ao erário.

4.5. A garantia da obra não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas na execução contratual, inclusive aqueles resultantes de imperícia, negligência, imprudência, emprego inadequado de materiais ou descumprimento das normas técnicas aplicáveis.

5. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, e terá seu valor atualizado nas mesmas condições, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

5

- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Os recursos orçamentários previstos e destinados à cobertura das despesas, objeto deste processo licitatório, correrão por conta da **Natureza de Despesa:**

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Porto Walter
Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 1 – Departamento de Obras e Serviços Públicos
Proj. Ativ.: 1.013 – Implantação e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água;
Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
Fonte do Recurso: RP/CONVENIO

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento dar-se-á conforme estabelecido do **item 7** do Projeto Básico – Anexo I deste Edital.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou que atendam todas as condições deste edital, inclusive quanto sua habilitação.

8.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pela alimentação dos dados contidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.4. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

8.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

8.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

6

voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

8.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

8.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

8.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

8.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

8.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

8.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

8.4.10. Organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, atuando nessa condição;

8.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da lei n.º 14.133, de 2021](#).

8.4.12. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

8.4.13. Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do MUNICÍPIO DE PORTO WALTER, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

8.5. O impedimento de que trata o item 8.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

8.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

8.7. O disposto nos itens 8.4.2 e 8.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

7

8.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

8.9. A vedação de que trata o **item 8.4.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8.10. Em tempo, será analisado também:

8.10.1. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Administração Municipal nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; (**até que se encerrem os prazos das sanções**);

8.10.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (**até que se encerrem os prazos das sanções**);

8.10.3. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

9. DA SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DO ENVELOPE E DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

9.1. DO CREDENCIAMENTO.

9.1.1. No local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, o Agente de Contratação instalará a sessão pública para receber os **ENVELOPES Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS**, bem como e as declarações complementares a que se refere o subitem 9.1.5. e 9.1.6, e, na sequência, procederá ao credenciamento dos representantes dos licitantes.

9.1.2. A licitante poderá apresentar-se à sessão pública por intermédio de seu representante legal ou de pessoa devidamente credenciada, mediante procuração com poderes específicos para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição.

9.1.3. Os representantes legais deverão fazer seu credenciamento no ato da abertura da sessão pública desta CONCORRENCIA, devendo identificar-se, exibindo Cédula de Identidade ou documento equivalente, para em seguida fazer a entrega dos envelopes, conforme subitem abaixo:

- a) **SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMBLHADO:** deverá apresentar o **Estatuto ou Contrato Social** juntamente com a (s) alteração (ões) que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

8

- b) **PROCURADOR:** O credenciamento deverá ser feito por meio de **Instrumento Público** ou **Particular de Mandato (Procuração)**, com firma reconhecida em cartório, outorgando expressamente poderes para formular ofertas e lances de preços, emitir declaração, receber intimação, interpor recurso e renunciar à sua interposição, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Licitante.
- b.1)** Quando se tratar de **PROCURAÇÃO PARTICULAR**, será admitido assinatura digital da outorgante (certificado digital, assinatura gov.br ou outros meios).
- b.2)** A critério do agente de contratação, em caso de dúvidas quanto a veracidade do documento, poderá ser exigido a apresentação da validação da assinatura no portal <https://validar.iti.gov.br/>.
- c) A procuração por instrumento particular deverá ser entregue juntamente com o Contrato Social e suas alterações, ou com o Estatuto Social e a ata de eleição da Diretoria em exercício, para se estabelecer a competência da outorga.
- d) A não apresentação ou incorreção nos documentos de credenciamento a que se refere este **item 04, não excluirão** o Licitante do certame, mas impedirão o seu representante de se manifestar e de responder pela empresa Licitante, de formular propostas e lances verbais, interpor recursos e de praticar qualquer outro ato inerente a este certame, salvo apresentar contrarrazões.
- e) O representante legal ou procurador do Licitante poderá, a qualquer tempo, ser substituído por outro, desde que devidamente credenciado, devendo ser observada a restrição constante do **subitem “alínea f”**.

Não será admitida a participação de um mesmo representante legal e/ou procurador para mais de uma empresa licitante, para disputar o mesmo item ou lote

9.1.4. É vedada a representação de mais de um licitante por uma mesma pessoa.

9.1.5. A licitante deverá apresentar fora dos envelopes:

- a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei; - ANEXO III.
- b) Declaração de elaboração independente de propostas – (in nº 102/2020). – ANEXO IV.

9.1.6. A licitante que quiser utilizar-se dos benefícios prescritos na L.C. 123/2006, deverá sob sua inteira responsabilidade declarar que é Microempresa ou empresa de pequeno porte conforme modelo no **ANEXO V**.

9.1.7. A empresa que declarar falsamente enquadrada como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para beneficiar-se do tratamento diferenciado, incorrerá em infração penal e estará sujeita às penas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades cíveis, criminais e administrativa cabíveis.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

9

9.2. DA PARTICIPAÇÃO NA SESSÃO PÚBLICA

9.2.1. A sessão será pública e poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente será admitida a manifestação dos representantes devidamente credenciados pela Comissão de Contratação, na forma dos itens 9.1.1 a 9.1.4, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas, que causem tumultos ou perturbem o bom andamento dos trabalhos.

9.2.2. A entrega dos envelopes à Comissão de Contratação da Licitação implica na aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.

9.3. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.3.1. Após o credenciamento dos presentes, o Agente de Contratação procederá à abertura dos ENVELOPES Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. Os documentos neles contidos serão verificados e rubricados pelos representantes dos licitantes e pelos membros de Contratação e serão juntados ao respectivo processo administrativo.

9.3.2. Iniciada a abertura do primeiro (ENVELOPE Nº 1) estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

9.4. DA INVERSÃO DE FASES

9.4.1. A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no art. 17, §1º da NLLC, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame, conforme justificativa contante no Estudo Técnico Preliminar.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Os documentos apresentados deverão ser entregues em original ou cópias devidamente autenticadas por cartório competente ou por servidor membro da comissão permanente de contratação, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos antes da abertura do certame, sob pena de inabilitação.

10.2. Cópia do Registro Cadastral junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

10

10.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- f) **Cópia autenticada dos documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;**
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.4. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Procuradoria da Fazenda Estadual – Dívida Ativa do Estado**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

11

- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**.

10.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

- a) **Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa)** dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- b) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- c) **BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, DEVIDAMENTE REGISTRADOS EM ORGÃO COMPETENTE**, comprovando:

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG)

superiores a **1 (um)**;

- d) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos.
- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- f) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação: capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) e patrimônio líquido mínimo (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

12

- g) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º**).
- h) Apresentar, sob pena de inabilitação, a Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira (**Art. 69, Inc II, § 3º, da Lei Federal 14.133/2021**);
- i) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.6. NOTAS EXPLICATIVAS:

10.6.1. Somente serão aceitos balanços devidamente registrados em Junta Comercial da Sede do Licitante ou pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED/RFB.

- a) O prazo de validade do Balanço Patrimonial ou o último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**.
- b) Para as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED da RFB, o prazo de validade do Balanço será de **31 de maio do seguinte ano**, conforme previsto no Art. 5º da Instrução Normativa nº 2003, de 18 de janeiro de 2021.
- c) SERÃO CONSIDERADOS NA **FORMA DA LEI** SOB PENA DE INABILITAÇÃO, O BALANÇO PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ASSIM APRESENTADOS:
 - c.1) Para Sociedades Anônimas (Empresas S/A), cópia autenticada da publicação do Balanço publicada em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do Licitante; (**Art. 289, parágrafo I, da Lei Federal 6404/76**), alterada pela (**Lei Federal nº. 13818/2019**).
 - c.2) Para as demais empresas (Sociedades Limitadas, Empresário de Firma Individual, Eireli), Balanço Patrimonial acompanhado de cópias legíveis e autenticadas dos **Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário e Termo de Autenticação do Livro Digital**, onde foram transcritos o referido balanço e a demonstração do resultado, devendo ser assinado por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade empresária; (**Art. 5 § 2º do Decreto-Lei nº. 486/1969**), (**Art. 1179, 1180 e 1184 do Código Civil Brasileiro**).



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

13

10.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.7.1. A qualificação técnica da licitante será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais **DEVERÃO SER APRESENTADOS JUNTO COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, no ato do certame:

- a) **REGISTRO OU INSCRIÇÃO DA EMPRESA LICITANTE** na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU). Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto do Conselho de Engenharia e Agronomia - **CREA** ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - **CAU**;
- b) **REGISTRO OU INSCRIÇÃO DO (S) PROFISSIONAL (IS): ENGENHEIRO CIVIL OU TÉCNICO EQUIVALENTE**, na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU). Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto do Conselho de Engenharia e Agronomia - **CREA** ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - **CAU**;
- c) **REGISTRO OU INSCRIÇÃO DO (S) PROFISSIONAL (IS): GEÓLOGO OU TÉCNICO EQUIVALENTE**, na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU). Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto do Conselho de Engenharia e Agronomia - **CREA** ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - **CAU**;
- d) **REGISTRO OU INSCRIÇÃO DO (S) PROFISSIONAL (IS): ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO OU TÉCNICO EQUIVALENTE (TST)**, na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
- e) Será admitida a participação de Técnico Industrial em Edificações, Técnico Industrial em Construção Civil ou outros profissionais técnicos legalmente habilitados, exclusivamente como integrantes da equipe técnica de execução, para desempenho de atividades compatíveis com suas atribuições legais e regulamentares, desde que atuem sob supervisão direta do responsável técnico principal da obra.
- f) A atuação de profissionais técnicos vinculados ao sistema CFT/CRT não substitui, em nenhuma hipótese, a obrigatoriedade de responsável técnico principal de nível superior habilitado para responder pela execução global da obra, tampouco supre a necessidade de apresentação da respectiva ART ou RRT exigida para início, acompanhamento e conclusão da execução contratual.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

14

- g) A apresentação de TRT – Termo de Responsabilidade Técnica possui caráter complementar e restrito às atividades legalmente atribuídas ao profissional técnico, não se equiparando à responsabilidade técnica global da obra.
- h) Comprovação de que os profissionais indicados pela empresa na data da licitação terem executado, a qualquer tempo, obras/serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão de acervo técnico CAT e/ou atestado (s), em nome do próprio Responsável Técnico, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo **CREA/CAU**, os serviços abaixo identificados:

SERVIÇO REQUERIDO – TÉCNICO PROFISSIONAL ENGENHEIRO	UND
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO DUPLO, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020. - (IGUAL, SUPERIOR OU SIMILAR)	M2
CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600L. - (IGUAL, SUPERIOR OU SIMILAR)	M3
ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024 - (IGUAL, SUPERIOR OU SIMILAR)	M3
PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_01/2026 - (IGUAL, SUPERIOR OU SIMILAR)	M3
REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³/POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023 - (IGUAL, SUPERIOR OU SIMILAR)	M3

SERVIÇO REQUERIDO – TÉCNICO PROFISSIONAL GEÓLOGO	UND
POÇO TUBULAR, PROFUNDIDADE 100m (INCLUSO CONJUNTO MOTO-BOMBA E SERVIÇOS DE EXECUÇÃO) - BDI DIFERENCIADO. - (IGUAL, SUPERIOR OU SIMILAR)	Unid
TUBO PVC PBA JEI, CLASSE 12, DN 75 MM, PARA REDE DE ÁGUA (NBR 5647) - INCLUSO ASSENTAMENTO - (IGUAL, SUPERIOR OU SIMILAR)	M

- i) A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo; ou
- j) Certidão(ões) de Acervo Técnico com registro de atestado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, de desde que esta identifique como CONTRATADA a



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

15

própria licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo.

SERVIÇO REQUERIDO – TÉCNICO OPERACIONAL	UND	QNT
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ- DIREITO DUPLO, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020.	M2	61
CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600L.	M3	14,12
POÇO TUBULAR, PROFUNDIDADE 100m (INCLUSO CONJUNTO MOTO-BOMBA E SERVIÇOS DE EXECUÇÃO) - BDI DIFERENCIADO.	Unid	1
ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	427,79
PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_01/2026	M3	53,13
REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³/POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	389,64
TUBO PVC PBA JEI, CLASSE 12, DN 75 MM, PARA REDE DE ÁGUA (NBR 5647) - INCLUSO ASSENTAMENTO	M	708,46

NOTAS EXPLICATIVAS:

- I. A comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes dar-se-á, por meio da apresentação de **Certidão de Acervo Técnico (CAT) com registro de atestado**, emitida pelo Conselho de Classe competente, obrigatoriamente acompanhada do respectivo atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. A CAT deverá estar devidamente registrada, vinculada ao atestado apresentado e em nome do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante, não sendo admitidos documentos genéricos, incompletos ou sem o devido registro no Conselho profissional.
- II. A aceitação de **Certidão de Acervo Operacional (CAO)**, quando cabível e prevista pelo respectivo Conselho profissional, ficará condicionada à sua regular emissão e registro, acompanhada de atestado de capacidade técnica correspondente, devendo restar inequivocamente comprovada a execução, pela pessoa jurídica, de serviços compatíveis em características,



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

16

quantidades e prazos com o objeto da licitação. Ressalta-se que a CAO não substitui a CAT quando esta for exigível para fins de comprovação de capacidade técnico-profissional, devendo ambas atender, cumulativamente, aos requisitos legais e normativos aplicáveis.

- III. Os atestados apresentados deverão conter, de forma detalhada e inequívoca, no mínimo: (I) identificação do contratante e do contratado; (II) descrição precisa dos serviços executados; (III) quantitativos relevantes e unidades de medida; (IV) prazos de execução; (V) local de execução; e (VI) identificação do(s) responsável(is) técnico(s) envolvido(s). Não serão aceitos atestados que apresentem inconsistências, ausência de informações essenciais ou que não permitam aferir, de maneira objetiva, a compatibilidade com o objeto licitado.
- IV. Para fins de atendimento ao entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, será exigida a demonstração de experiência anterior em parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, vedada a soma de atestados de forma indiscriminada quando esta não refletir a efetiva capacidade operacional e técnica da licitante. Tal diretriz encontra respaldo em reiteradas decisões do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos nº 1.214/2013-Plenário, nº 2.622/2013-Plenário e nº 1.925/2019-Plenário, que reforçam a necessidade de exigências proporcionais, pertinentes e tecnicamente justificadas, sem prejuízo da competitividade.
- V. **Excepcionalmente**, será admitida a apresentação de atestados de capacidade técnica desacompanhados de CAT com registro, **desde que comprovadamente emitidos em período anterior ao marco temporal de vigência da Resolução CONFEA nº 1.025/2009**, a qual dispõe sobre o acervo técnico profissional e a emissão de CAT no âmbito do Sistema CONFEA/CREA. Nesses casos, caberá à licitante demonstrar, de forma inequívoca, a anterioridade do documento em relação à referida norma, bem como a autenticidade e veracidade do atestado apresentado, podendo a Administração promover diligências para validação das informações.
- VI. Adicionalmente, cumpre observar que os procedimentos relativos ao acervo técnico e à emissão de certidões encontram-se atualizados pela Resolução CONFEA nº 1.137/2023, a qual aprimora e consolida as regras aplicáveis no âmbito do Sistema CONFEA/CREA, devendo todas as exigências editalícias estar em conformidade com seus dispositivos, especialmente no que se refere à regularidade, rastreabilidade e validade dos registros.
- VII. Somente serão aceitos documentos devidamente registrados no respectivo Conselho de Classe, quando exigido pela legislação profissional pertinente, sendo responsabilidade exclusiva da licitante a veracidade e autenticidade



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

17

das informações apresentadas. A apresentação de documentos sem registro, com registro posterior à data de abertura do certame ou que não atendam às exigências editalícias ensejará a inabilitação da licitante, ressalvada a hipótese excepcional acima prevista.

VIII. A Administração promoverá, sempre que entender necessário, diligências para verificação da autenticidade e veracidade das informações, podendo solicitar documentos complementares, realizar consultas junto aos Conselhos profissionais e aos contratantes emissores dos atestados, bem como promover verificações in loco, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Constatada qualquer irregularidade, inconsistência ou indício de fraude, a licitante estará sujeita às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

IX. Os serviços requeridos tanto na CAT quanto na comprovação Técnica Operacional apresentados pela licitante deverão ser preferencialmente destacados com lápis salientador, objetivando facilitar a análise de seu conteúdo.

10.7.2. A COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO PROFISSIONAL SE FARÁ:

- Por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;
- Por meio de cópia autenticada da CTPS – carteira de trabalho e previdência social acompanhada de cópia do registro de empregados, no caso de empregado da licitante, ou;
- Por meio do contrato social da empresa ou certidão de pessoa jurídica do conselho regional de engenharia e agronomia - **CREA ou conselho regional de arquitetura e urbanismo - CAU**, para o sócio ou proprietário; ou
- Declaração de contratação futura com anuência do responsável técnico.

10.8 RELAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

10.8.1. A licitante deverá por meio de declaração formal, informar que disporá da seguinte relação de equipe técnica mínima:

ITEM	PROFISSIONAL	QNT
1	ENGENHEIRO CIVIL OU TÉCNICO EQUIVALENTE	1
2	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO OU TÉCNICO EQUIVALENTE	1
3	GEÓLOGO OU TÉCNICO EQUIVALENTE	1

10.9. RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

18

10.9.1. A licitante deverá por meio de declaração formal, informar que disporá da seguinte relação dos equipamentos mínimos:

ITEM	EQUIPAMENTO	QNT
1	Betoneira 400l	1
2	Barco em madeira com capacidade mínimo 3 toneladas	1
3	Perfuratriz rotativa elétrica ou motorizada para poços	1

Nota Explicativa: A apresentação da relação de equipamentos mínimos é **obrigatória** e deverá fazer parte da documentação.

10.10. A licitante deverá apresentar:

- Declaração de indicação do Responsável Técnico - Anexo VI.
a.1) Não será admitido a indicação do mesmo profissional para mais de 1 licitante.
- Declaração de Concordância do Responsável Técnico - Anexo VII.
- Declaração de Cumprimento ao Disposto No Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, E Art. 68, Inciso Vi, Da Lei N. 14.133/2021 - Anexo VIII.

11. DA VISITA TÉCNICA

11.1. As empresas interessadas, por meio de um representante, deverão contatar o(s) Responsável(eis) indicados da Prefeitura de Porto Walter, para efetuar a visita técnica ao local de execução dos serviços, de modo a constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não podendo alegar, à posteriori, desconhecimento de qualquer fato.

11.2. As visitas técnicas deverão ser agendadas com antecedência junto à **PREFEITURA DE PORTO WALTER** podendo a visita ocorrer em até 3 (três) dias úteis anterior à data da Sessão Pública de abertura das propostas.

11.3. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (68) 3325-8027 ou de forma presencial na sede da Prefeitura Municipal de Porto Walter, situada na Rua Alfredo Sales, S/N – Centro, Porto Walter, Estado do Acre, CEP: 69.982-000.

11.3.1 Uma vez realizada a visita, será entregue a licitante interessada o “**Atestado de Visita Técnica**” assinado pela Secretaria Municipal de Planejamento ou outrem devidamente autorizado pela autoridade competente, razão em que este deve compor os documentos de habilitação; **ou**;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

19

11.4. Caso a licitante não queira participar da visita no dia programado, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear, por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira. **A não apresentação da declaração ensejará na inabilitação no certame.**

11.5. A empresa deverá apresentar **declaração** de que, caso vencedor do certame cumprirá fielmente as disposições concernentes a NR 18, Norma Regulamentadora, que estabelece diretrizes de ordem administrativa e planejamento organizacional, que respaldam a implantação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no ambiente de trabalho, na indústria da construção, bem como as prescrições da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), pertinente aos serviços de que se trata esta despesa (art. 45 da Lei 14.133/21).

11.6. A licitante deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, em conformidade com a Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Decreto n.º 7746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

11.7. A licitante deverá apresentar:

- a) Declaração formal de que caso sagre-se vencedora, utilizará insumos de procedência fidedigna e que os fornecedores destas atendem as exigências legais e ambientais, sob as penas cabíveis da lei.

11.8. A licitante deverá apresentar ainda:

- a) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 63, Inc IV – Lei 14133/2021);
- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art. 63, § 1º – Lei 14133/2021);
- c) Declaração formal de que a licitante não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista do órgão celebrante.
- d) Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital. (Art. 69, § 1º – Lei 14133/2021);



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

20

11.9. Será exigida ainda a garantia da proposta nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual correspondente a 1% (um por cento) do valor total da planilha, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro em nome da Prefeitura Municipal de Porto Walter, devendo ser apresentado comprovante de transferência entre contas e declaração assinada pela Secretária de Finanças acusando crédito em conta; ou;

a.1) Quando optados pela modalidade caução em dinheiro, a garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, após finalização do certame.

b) Títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; ou;

c) seguro-garantia; ou;

d) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. ou;

e) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.9.1. O comprovante de garantia da Proposta deverá ser anexado obrigatoriamente junto aos documentos de habilitação (ENVELOPE 1);

11.10. Outras comprovações:

a) Alvará ou Licença de Funcionamento expedido pelo órgão da competente da Sede da Licitante;

12. DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a fase de credenciamento, será conduzida a Sessão de Abertura do Envelope nº 1 (Documentos de Habilitação) apresentados pelas empresas credenciadas no certame.

12.2. Os documentos devem atender estritamente as exigências das cláusulas constantes nos itens 10 e item 11 deste edital.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para: (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

21

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, este será inabilitado por insuficiência nas comprovações de habilitação.

12.6. Caso a Comissão (agente de contratação com auxílio da equipe de apoio) julgue conveniente, poderá suspender a reunião, a fim de obter melhores condições de avaliar a documentação apresentada, podendo, inclusive, fazer diligências e solicitar os pareceres técnicos que achar necessários e após, em nova oportunidade e ocasião será comunicado o resultado da habilitação nos termos da Lei.

12.7. Uma vez atendida todos os dispositivos requeridos no edital, a empresa será classificada e habilitada a próxima fase do certame.

12.8. Quaisquer declarações que envolvam assinaturas de profissionais técnicos (engenheiros, contabilistas, etc...) **DEVERÃO**, quando assinadas de forma manual, ser reconhecidas firma em cartório. Quando assinados de forma digital, deverá ser acompanhada da validação da junto ao portal <https://validar.iti.gov.br/>, sob pena de não aceitação do documento.

DAS DILIGÊNCIAS CABÍVEIS

12.9. A Comissão de Contratação, o agente de contratações, a assessoria técnica ou a Autoridade Competente poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, especialmente quanto à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos licitantes, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.10. As diligências poderão compreender, dentre outras medidas: consulta a sítios eletrônicos oficiais, validação de autenticidade documental, verificação de certidões, confirmação de informações técnicas, fiscais, trabalhistas, econômico-financeiras e operacionais, bem como solicitação de esclarecimentos formais necessários à correta apreciação da documentação apresentada.

12.11. Será permitida a complementação de informações, correção de falhas meramente formais, saneamento de erros materiais ou apresentação de documento preexistente à data de abertura da sessão pública, desde que não haja alteração da substância da proposta, modificação das condições de habilitação originalmente comprovadas ou afronta aos princípios da isonomia, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

22

12.12. É vedada a inclusão posterior de documento novo destinado à comprovação de fato ou condição inexistente à época da apresentação da documentação de habilitação, nos termos do art. 64, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.13. A Administração poderá realizar diligências junto a órgãos públicos, entidades fiscalizadoras, conselhos profissionais, juntas comerciais, contratantes anteriores, sistemas governamentais e demais meios legalmente admitidos, visando aferir a veracidade, legitimidade e compatibilidade das informações prestadas pela licitante.

12.14. A não apresentação dos esclarecimentos ou documentos complementares solicitados no prazo fixado pela Administração, bem como a constatação de inconsistências, omissões relevantes ou informações inverídicas, poderá ensejar a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.15. A condução das diligências observará os princípios da legalidade, razoabilidade, formalismo moderado, interesse público, segurança jurídica, ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

13.1. Encerrada a etapa de análise de habilitação, o Agente de Contratação verificará se os licitantes habilitados atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

13.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

13.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portalttransparencia.gov.br/ceis>);

13.1.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “13.1.2” e “13.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

13.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018](#), [art. 29](#), [caput](#));



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

23

13.1.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

13.1.8. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

13.1.9. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.10. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de abertura dos envelopes de propostas e seu julgamento.

14. DA FORMALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Uma vez habilitada a fase subsequente, a(s) empresa (s) deverá dispor dos envelopes de nº 2 (Proposta de Preços);

14.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 1 (um) único envelope, suficiente em via única, digitada eletronicamente, no idioma português perfeitamente legível, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, todas numeradas, carimbadas, assinadas ou rubricadas pelo Representante Legal (Carta Proposta). Observando-se que, dentre os documentos, os de caráter técnico (Planilha Orçamentária - Cronograma Físico-financeiro - Composição do BDI - Encargos Sociais Mensalista e Horista), precisam ser, necessariamente, assinados pelo Responsável Técnico da empresa com formação profissional compatível com o objeto licitado, com menção do título profissional e número de registro junto ao Conselho Profissional competente, de acordo com as legislações pertinentes, sendo facultado a aposição de assinatura do Representante Legal da firma nos documentos técnicos mencionados.

14.2. Na formalização da proposta, a licitante deverá observar:

- a) valor total do item por empreitada por valor unitário;
- b) valor dos preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando a Planilha Orçamentaria, anexa deste Edital por meio do ETP – Estudo Técnico Preliminar.
- c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico (quando for o caso);

14.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

14.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

14.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

24

14.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

14.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

14.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

14.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

14.10. As empresas poderão entregar, juntamente com o envelope da proposta de preços, mídia contendo a proposta original em excel.xls, ou disponibilizar um link contendo a proposta por meio digital (formato excel.xls)

14.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

15. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES;

15.1. Após a abertura dos envelopes de propostas, o Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

15.2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS;

15.2.1. Após aferida a conformidade das propostas com o edital, o agente de contratações selecionará as propostas classificadas em ordem decrescente e ordenadamente iniciará a rodada de lances, convidando de forma individual cada licitantes, a ofertar seu lance.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

25

15.3. DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES

15.3.1. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observando a ordem de chamamento e a condução do agente de contratação.

15.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta será de no mínimo 0,5% (zero virgula cinco por cento).

15.3.3. Será adotado para o envio de lances na concorrência o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

15.3.4. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado.

15.3.5. A etapa de lances será considerada encerrada quando a licitante convocada não formular novo lance verbal.

15.3.6. Os licitantes poderão formular lances intermediários - iguais ou superiores ao menor já ofertado.

15.3.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

15.3.8. Finalizada da Etapa de lances a Agente de Contratação poderá proceder com negociações junto ao primeiro colocado afim de obtenção de condições mais vantajosas.

15.3.9. O procedimento de negociação poderá ser realizado com os demais licitantes seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido no certame.

15.3.10. Havendo negociação, a Agente de Contratação procederá a aceitabilidade do menor preço ou maior desconto, nos termos do artigo 59 da Lei Federal 14.133/2021.

15.3.11. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

15.3.11.1. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos VALORES forem INFERIORES a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela CONTRATANTE;

15.3.12. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

15.3.12.1. Como forma de garantir a exequibilidade da proposta ofertada, a empresa deverá apresentar, junto à proposta reajustada, garantia adicional calculada entre a diferença do valor percentual final de desconto ofertado pela empresa vencedora e o valor



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

26

correspondente a **15% (quinze por cento)** do valor orçado pela Administração, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

Ex. Empresa vencedora com desconto de 30%. Cálculo: (30% - 15%) – Valor do seguro corresponde a 15% do valor orçado pela administração para o lote.

15.3.13. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

15.3.14. A empresa que ofertar proposta inexecutável sem comprovação da sua viabilidade, não ensejará apenas motivo para desclassificação do lance — podendo configurar **conduta sancionável** por tentativa de frustrar a licitação, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

15.3.14.1. De acordo com o Art. 155, inciso III da Lei nº 14.133/21, **é infração administrativa “agir de modo a frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação”**. Portanto, apresentar lances propositalmente inviáveis, sem intenção de executá-los, pode ser interpretado como “jogo de planilha” ou especulação para manipular o certame. Neste caso, a sanção aplicável pode ir desde advertência e multa, até suspensão temporária de licitar ou declaração de inidoneidade, dependendo da gravidade e reincidência.

15.4. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

15.4.1. O julgamento das propostas dar-se-á pelo critério de **maior percentual de desconto**, a ser apresentado como **percentual único**, incidente de forma **linear e uniforme** sobre os valores unitários de todos os serviços constantes da planilha orçamentária integrante do edital, vedada a aplicação de descontos diferenciados por item. O preço final será obtido mediante a incidência do percentual ofertado sobre o valor global estimado pela Administração, preservando-se a proporcionalidade entre os itens.

15.4.2. Para fins de classificação, serão observados, além do maior desconto ofertado, os requisitos de aceitabilidade da proposta, inclusive quanto à **exequibilidade dos preços**, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021. Serão consideradas inexecutáveis as propostas que apresentem indícios de inviabilidade de execução, tais como aquelas com descontos excessivos que não encontrem respaldo em condições reais de mercado, custos diretos e indiretos, encargos sociais e trabalhistas, insumos e demais componentes necessários à perfeita execução do objeto.

15.4.3. A Administração poderá promover diligências para aferição da exequibilidade, exigindo da licitante a comprovação da viabilidade econômica de sua proposta, mediante apresentação de documentos como composições de custos, memória de



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

27

cálculo, demonstração de encargos, contratos anteriores, notas fiscais ou outros elementos idôneos. Caso não seja comprovada a exequibilidade, a proposta será desclassificada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.4.4. Adota-se, ainda, como parâmetro objetivo para análise de inexecuibilidade, no que couber, os critérios usualmente aplicados à contratação de obras e serviços de engenharia, especialmente aqueles previstos no §1º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, bem como entendimentos consolidados do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos 2.622/2013-Plenário, 1.793/2011-Plenário e 2.692/2015-Plenário, que admitem a fixação de parâmetros objetivos para identificação de propostas potencialmente inexequíveis, sem prejuízo da análise concreta de cada caso.

15.5. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no projeto básico;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- f) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- g) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

15.6. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- b) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, desde que não haja majoração do preço.
- c) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

28

- d) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- e) Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

16. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

16.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

16.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- b) Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da lei complementar n. 123/2006.

16.3. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

16.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

29

- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

16.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.



DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO DE ME E EPP COM SEDIADA LOCAL

16.6. Nos termos dos arts. 44 e 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, do Decreto Federal nº 8.538/2015, da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 442/2026 do Município de Porto Walter/AC, será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sediadas local, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

16.7. Para fins de aplicação do benefício previsto nesta cláusula, considera-se empresa local aquela que possua sede, filial ou unidade operacional no Município de Porto Walter/AC, conforme definição prevista no art. 4º da Lei Municipal nº 442/2026.

- a) Aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou Regional sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;
- b) A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- c) Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local com base na alínea “b”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea “a”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local, será realizado sorteio entre elas para que se identifique



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

30

aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) No caso benefício indicado deste edital a prioridade será aplicada apenas para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

16.8. Prioritariamente será concedido o benefício as ME/EPP sediadas no âmbito local;

a) Âmbito local - limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação. Conforme disposto no **Art. 1º, § 2º, Inciso I do Decreto Federal Nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; Art. 4º Lei Municipal nº 442/2026;**

16.9. Demonstrado que não há enquadramento dos 3 (tres) ME/EPP na forma local, será ampliado aplicação do benefício para as empresas sediadas no âmbito regional.

a) Âmbito regional - limites geográficos do Estado ou da região metropolitana, que podem envolver mesorregiões ou microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no **Art. 1º, § 2º, Inciso II do Decreto Federal Nº 8.538, de 6 de outubro de 2015;**

16.10. NÃO SE APLICA os benefícios, tratamento diferenciado e prioridade na contratação deste edital quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou Regional e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

16.11. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

16.12. Considera-se não vantajosa a contratação quando:

- a) Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou
- b) A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

17. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA;

17.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

31

17.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

18. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

18.1. O Agente de Contratação e sua Comissão solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas apresente a **PROPOSTA READEQUADA, contendo todos os anexos necessários, ao último lance ofertado após a negociação realizada.**

18.2. O Agente de contratação suspenderá a sessão pública e reabrirá em horário a constar em ata circunstanciada, sendo lavrado e assinado pelos presentes;

18.3. Transcorrido o prazo, o agente de contratação convocará uma nova reunião para retomar os trabalhos de julgamento, desta vez para análise da proposta reajustada referente ao valor arrematado.

18.4. O agente fará constar na ata da nova sessão a presença dos licitantes que compareceram à sessão e estes deverão rubricar e analisar a nova proposta encaminhada.

18.5. Uma vez questionada, a proposta poderá ser encaminhada ao setor técnico para análise e emissão de parecer técnico quanto aos aspectos nela contidos;

18.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

19. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS;

19.1. Nos casos em que o Agente de Contratação constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

- a) Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;
- b) Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Agente de Contratação procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

19.2. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Agente de Contratação/Comissão que poderá convocar uma nova sessão ou ainda encaminhar nos e-mails cadastrados.

20. DOS RECURSOS

20.1. Após a fase de habilitação declarada a empresa habilitada do certame, ou a fase lances, declarando-se a empresa vencedora, qualquer Licitante poderá manifestar-se de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

32

20.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

20.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

20.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

20.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

20.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

20.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

20.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.7. O prazo para apresentação das CONTRARRAZÕES ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

20.8. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, deverá ser feito em papel timbrado da empresa, em formato digital e protocolado na sede do centro administrativo sendo admitido o envio através do e-mail porto.walter.cpml@gmail.com.

20.8.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

20.9. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação/Comissão ao vencedor.

20.10. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **decisão** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

20.11. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES, endereço constante neste Edital.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

33

21.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Agente de Contratação declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS, e fará subir os autos do processo à autoridade superior para adjudicação e posterior homologação.

21.2. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e no caso de exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

21.3. Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no <http://sistemas.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso vi da lei 14.133/2021.

22.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

34

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do

subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

22.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

22.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

35

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

22.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

23.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

36

23.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail: porto.walter.cpml@gmail.com ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Porto Walter/AC, no horário das 07h30min. Às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira na sede do Centro Administrativo no endereço constante neste edital.

23.4. A decisão do Agente de Contratação/Comissão quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação).

23.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

23.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.8. Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o agente de contratação antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

24. DO PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO

24.1. O Licitante deverá observar o mais alto padrão de conduta ética durante o processo de Licitação e na execução do Contrato, estando sujeito às sanções previstas na legislação brasileira.

24.1.1. Durante a sessão pública o licitante deverá portar-se de forma moral, respeitando a autoridade do agente de contratação e sua equipe de apoio condutores do certame e quando for o caso a assessoria técnica, sendo convidado a manifestar-se nos momentos oportunos.

24.1.2. O licitante que por sua vez manifestar-se de forma desrespeitosa, com atos de insultos e verbalizações ofensivas, tumultuo e perturbação da sessão ou ainda realizar praticas corruptivas, poderá num primeiro momento, ser advertido de forma verbal pelo agente de contratação e autoridade da sessão. Mantida ou renovada a conduta inadequada, cabe ao agente de contratação realizar a desclassificação do licitante. Ademais disso, deverá oficiar-se à autoridade competente para instauração de inquérito policial destinado a apurar a ocorrência de crime, conforme previstos na Lei de Licitações.

24.2. O Pregoeiro ou Autoridade Superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

24.3. Definições de práticas corruptivas compreendem os seguintes atos:

a) Suborno: ato de oferecer, dar, receber ou solicitar indevidamente qualquer coisa de valor capaz de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

37

b) Extorsão ou coação: tentativa de influenciar, por meio de ameaças de dano à pessoa, à reputação ou à propriedade, o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes;

c) Fraude: falsificação de informação ou ocultação de fatos com o propósito de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes em detrimento do Mutuário ou dos outros participantes do referido processo;

d) Conluio: acordo entre os licitantes destinados a gerar ofertas com preços artificiais, não competitivos.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico no <http://sistemas.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes>.

25.2. A Administração Pública se reserva no direito de:

25.2.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

25.2.2. Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Porto Walter** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

25.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

25.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

25.5. Ao Agente de Contratação/Comissão ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

25.6. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Porto Walter/AC.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

38

25.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

25.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública da Concorrência Presencial.

25.12. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

25.13. As normas que disciplinam esta Concorrência Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Porto Walter, a finalidade e a segurança da contratação.

25.14. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

25.15. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

25.16. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

25.17. Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Porto Walter o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

25.18. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Projeto Básico, e por último os demais anexos.

25.19. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

25.20. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68)3325-8027, ou na sede Prefeitura de Porto Walter/AC.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

39

25.21. Fica eleito o Foro da Comarca Justiça Estadual, Seção Judiciária de Porto Walter - Acre com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

26. ANEXOS

26.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – TR, ETP, MGR, (Planilha Resumo, Planilha Orçamentária Sintética, Planilha Composição de Custo, Cronograma Físico-Financeiro, Composição de BDI; Leis Sociais);

ANEXO II – Minuta do contrato;

ANEXO II - Modelo de carta proposta

ANEXO III- Modelo de declaração de que atendem aos requisitos de habilitação

ANEXO IV - Modelo de declaração de elaboração independente de proposta

ANEXO V – Modelo de declaração de condição de me ou EPP's;

ANEXO VI – Modelo de indicação do responsável técnico

ANEXO VII - Modelo de concordância do responsável técnico

ANEXO VIII - Modelo de declaração de inexistência de empregados menores

ANEXO IX - Modelo de declaração de renúncia à visita técnica

Anexo X - Modelo de declaração de cumprimento de normas de medidas ABNT

ANEXO XI - Modelo de declaração de sustentabilidade ambiental

ANEXO XII - Carta de apresentação da proposta de preços

ANEXO XIII – Modelo de Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa;

Porto Walter – Acre, 20 de maio de 2026.

Francisco Erison Pereira Fernandes
Secretário Municipal de Obras, Viação e Urbanismo



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

40

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **Implantação de Sistema de Abastecimento de Água na Comunidade Vitória, no Município de Porto Walter/Ac. – Convênio 942440/2023**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO	VALOR
Implantação de Sistema de Abastecimento de Água	R\$ 576.334,66

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente intenção de contratação tem como Fundamentação o Art. 6, Inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, legais e administrativos necessários à adequada execução do objeto, visando assegurar a qualidade dos serviços, a segurança da execução contratual e o atendimento ao interesse público.

4.2. A empresa contratada deverá possuir atividade compatível com o objeto licitado, comprovando regular inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, bem como atender plenamente às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. A contratada deverá comprovar capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução de serviços compatíveis e pertinentes com o objeto da contratação, especialmente relacionados à execução de obras e serviços de engenharia envolvendo pavimentação, construção, revitalização ou recuperação de calçadas, urbanização ou serviços correlatos.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

41

4.4. Os serviços deverão ser executados por profissional legalmente habilitado, com registro ativo junto ao CREA ou CAU, conforme atribuições profissionais compatíveis com o objeto contratado, devendo ser apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT referente à execução dos serviços.

4.5. A contratada deverá disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, materiais e insumos necessários à perfeita execução do objeto, observando as normas técnicas aplicáveis, padrões de qualidade, segurança do trabalho e legislação ambiental vigente.

4.6. Os serviços deverão ser executados em conformidade com o projeto básico, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, especificações técnicas e demais documentos integrantes do processo administrativo.

4.7. A execução contratual deverá observar integralmente as normas técnicas da ABNT aplicáveis à acessibilidade, mobilidade urbana e execução de obras civis, especialmente a ABNT NBR 9050, além das normas de segurança e medicina do trabalho pertinentes.

4.8. A contratada será responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual, incluindo transporte, alimentação, hospedagem, mobilização e desmobilização de pessoal, equipamentos e materiais.

4.9. Considerando as peculiaridades logísticas da região, a empresa deverá possuir capacidade operacional compatível com a execução dos serviços no Município de Porto Walter/AC, especialmente quanto ao fornecimento de insumos, mobilização de equipes e cumprimento dos prazos estabelecidos.

4.10. A contratada deverá manter preposto responsável pela execução dos serviços e pelo acompanhamento contratual junto à fiscalização do Município durante toda a vigência do contrato.

4.11. Os serviços somente serão recebidos após verificação da conformidade pela fiscalização técnica municipal, observando os critérios de qualidade, segurança, funcionalidade e adequação previstos nos documentos técnicos da contratação.

4.12. A futura contratação deverá observar ainda os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade, planejamento, transparência e interesse público, conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.13. SUSTENTABILIDADE - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.14. SUBCONTRATAÇÃO - A critério da Administração, poderá ser admitida a subcontratação do objeto.

4.15. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

a) Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

b) Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

c) A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

d) O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

42

4.16. VISTORIA

- a) A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00 horas.
- b) Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- c) Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- d) Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- e) A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: em até 5 dias após a assinatura da emissão da ordem de serviço.
- 5.1.2. Os serviços executados deverão atender os padrões de qualidade exigidos pela contratante, devendo usar produtos e insumos de qualidade não duvidosa.
- 5.1.3. A contratada deverá durante toda a execução contratual zelar pela segurança de seus colaboradores com usos de EPI's;
- 5.1.4. Os serviços deverão ser realizados em observância as normas da Associação Brasileira Normas Técnicas - ABNT.

5.2. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

- 5.2.1. O local de execução dos serviços será na Comunidade Vitória, Zona Rural do Município de Porto Walter/AC.

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- a) Betoneira 400l,
- b) Barco em madeira com capacidade mínimo 3 toneladas,
- c) Perfuratriz rotativa elétrica ou motorizada para poços



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

43

- 5.4. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo da obra.
- 5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.
- 5.7. **Demais informações inerentes a execução do objeto estarão apostos no anexo deste Projeto Básico, como memorial descritivo, planilha orçamentária e especificações técnicas.**

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

FISCALIZAÇÃO

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

44

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

GESTOR DO CONTRATO

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

45

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

DO RECEBIMENTO

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

46

for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

47

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

48

órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC de correção monetária.

7.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

FORMA DE PAGAMENTO

7.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

49

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO GLOBAL;

REGIME DE EXECUÇÃO

8.2. O regime de execução do contrato será empreitado por valor global;

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, quando convocado, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.4.1. valor por total: conforme valor estimado da licitação.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.5. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.6. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do contratado, relativo à execução de serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto presente, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto:

8.6.1. A proponente, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando,



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

50

dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT) dos responsáveis técnicos, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

8.7. Quanto a capacitação técnico-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem o objeto desta licitação, elencados no subitem acima, relativa à execução de obra, em edifícios públicos ou privados, compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação.

8.8. Conforme prevê o Art. 67, §1, a exigência de atestados ou acervos técnicos será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.9. O quantitativo exigido correspondente a qualificação técnico-operacional será de no máximo 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância contidos na planilha orçamentária.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação estima-se:

a) R\$ 576.334,66 (quinhentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Porto Walter, oriundos de convenio.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

51

APÊNDICE 1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Implantação de Sistema de Abastecimento de Água na Comunidade Vitória, no Município de Porto Walter/AC. – Convênio 942440/2023.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - (Inc. I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

A presente demanda tem por finalidade viabilizar a implantação de Sistema de Abastecimento de Água na Comunidade Vitória, localizada na zona rural do Município de Porto Walter/AC, visando assegurar o fornecimento contínuo de água potável à população local, em conformidade com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da saúde pública, da eficiência administrativa e do acesso universal aos serviços essenciais.

A contratação decorre da necessidade identificada pela Administração Municipal diante das limitações atualmente enfrentadas pela comunidade no acesso à água em condições adequadas de consumo humano. Atualmente, os moradores utilizam fontes alternativas e precárias de captação, armazenamento e distribuição hídrica, muitas vezes sem qualquer tratamento ou controle sanitário, situação que eleva os riscos de ocorrência de doenças de veiculação hídrica, compromete as condições mínimas de higiene, afeta a qualidade de vida da população e amplia a vulnerabilidade social das famílias residentes na localidade.

A ausência de infraestrutura adequada de abastecimento representa fator crítico para o desenvolvimento social e econômico da comunidade, sobretudo em regiões de difícil acesso logístico e baixa cobertura de serviços públicos essenciais, como ocorre em diversas localidades rurais do Município de Porto Walter/AC. Nesse contexto, a implantação do sistema de abastecimento de água constitui medida indispensável para promoção da saúde coletiva, redução de impactos ambientais decorrentes da captação inadequada de água e fortalecimento das políticas públicas de saneamento básico.

A solução pretendida contempla a execução de infraestrutura necessária para captação, reservação, tratamento e distribuição de água potável, observando critérios técnicos, operacionais e sanitários compatíveis com as normas vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e demais órgãos competentes.

A demanda encontra respaldo na Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, dispondo sobre a universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água potável como política pública prioritária e dever do poder público. Do mesmo modo, a Constituição Federal, em seus arts. 6º, 23, inciso IX, e 225, impõe à Administração Pública o dever de promover políticas voltadas à saúde, ao saneamento e à melhoria das condições de vida da população.

A contratação também se mostra alinhada ao interesse público primário, considerando que o abastecimento regular de água é serviço essencial e indispensável à manutenção das condições



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

52

mínimas de habitabilidade, higiene, segurança sanitária e desenvolvimento humano. Ademais, a implantação do sistema contribuirá diretamente para redução de despesas futuras com ações emergenciais de fornecimento de água, mitigação de problemas de saúde pública e atendimento de demandas decorrentes da precariedade sanitária local.

Sob o aspecto técnico-operacional, a execução do objeto demanda conhecimentos especializados de engenharia, utilização de equipamentos específicos, observância de normas técnicas e capacidade operacional compatível com a complexidade da intervenção, razão pela qual se faz necessária a contratação de empresa especializada para execução dos serviços.

Importa destacar que a implantação do sistema promoverá benefícios permanentes à coletividade, ampliando a cobertura dos serviços públicos essenciais, fortalecendo as políticas municipais de saneamento rural e contribuindo para melhoria dos indicadores sociais e de saúde pública do Município de Porto Walter/AC.

Dessa forma, considerando a relevância social da intervenção, a necessidade de atendimento à população da Comunidade Vitória, o interesse público envolvido e a obrigação constitucional e legal da Administração Pública em garantir acesso aos serviços essenciais de saneamento básico, resta plenamente justificada a presente demanda para implantação do Sistema de Abastecimento de Água na referida localidade.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - (Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

2.1. A Administração Municipal de Porto Walter ainda não dispõe do Plano anual de Contratações, razão pela qual tal dispositivo não será aplicado nas contratações do corrente ano.

2.2. A ausência de previsão da presente contratação no **Plano de Contratações Anual – PCA** justifica-se pelo fato de que, conforme a legislação vigente, os Municípios **não possuem obrigatoriedade legal de elaboração e utilização do referido instrumento de planejamento**, diferentemente dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, para os quais a previsão é mandatória.

2.3. A **Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2019** e dispositivos correlatos da **Lei nº 14.133/2021** estabelecem a utilização do PCA como ferramenta de planejamento, sendo sua aplicação compulsória apenas no âmbito federal, podendo os demais entes federativos (estados e municípios) adotá-lo de forma **facultativa e adaptada à sua realidade administrativa e orçamentária**.

2.4. No caso do Município de Porto Walter, a Administração vem priorizando mecanismos de gestão compatíveis com sua estrutura organizacional e capacidade operacional, de modo que a ausência de previsão específica no PCA **não constitui irregularidade ou afronta à legislação**, mas sim reflexo da **facultatividade da adoção do instrumento** em âmbito municipal.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

53

2.5. Assim, a contratação objeto deste processo encontra-se devidamente amparada pelos princípios da **legalidade, eficiência e interesse público**, assegurando a regularidade e legitimidade do procedimento, ainda que não conste previamente no PCA.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

3.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço global, onde estará se empenhando para oferecer serviços de infraestrutura na implantação de sistema de abastecimento de água no Município de Porto Walter/Ac.

3.2. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Projeto Básico. A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3. A futura contratada deverá ainda, atender todos os requisitos de Habilitação previstos no Artigos 62 ao 70 da Lei Federal 14.133/2021 ou aqueles previstos no Edital.

3.4. Para o problema indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que a futura contratada apresente ainda, os seguintes requisitos, dentre outros:

a) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da empresa Licitante e de seu (s) responsável (is) técnico (s), da região a que estiverem vinculados. No caso da empresa Licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado do Acre, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

b) Engenheiro Civil: O responsável técnico e/ou membro da equipe técnica acima elencados deverá pertencer ao quadro permanente do Licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Estudo técnico preliminar, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o Licitante ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o Licitante se sagre vencedor do certame.

c) Geólogo: O responsável técnico e/ou membro da equipe técnica acima elencados deverá pertencer ao quadro permanente do Licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Estudo técnico preliminar, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o Licitante ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o Licitante se sagre vencedor do certame.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

54

futura, caso o Licitante se sagre vencedor do certame.

d) O responsável técnico pela execução da obra e que responderá pela mesma será o Engenheiro Civil, apresentado no certame licitatório. Para tanto, exige-se que sua presença seja constante na obra, compatível com carga horária da planilha orçamentária.

e) Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico Equivalente (TST): O profissional e/ou membro da equipe técnica acima elencados deverá pertencer ao quadro permanente do Licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Estudo técnico preliminar, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o Licitante ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o Licitante se sagre vencedor do certame;

3.5. No decorrer da execução da obra, o profissional de que trata este subitem poderá ser substituído, nos termos do artigo 67, §6º, da Lei nº 14.133, de 2021, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pelo Contratante.

3.6. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DA OBRA

- a)** A licitante deverá indicar, para fins de habilitação técnica, responsável técnico principal de nível superior, legalmente habilitado e regularmente registrado no CREA ou CAU, com atribuições compatíveis com a natureza, porte, complexidade e características técnicas do objeto licitado, o qual responderá integralmente pela direção, supervisão, coordenação e responsabilidade técnica global da execução da obra.
- b)** A comprovação da responsabilidade técnica deverá ocorrer mediante apresentação de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, conforme o caso, nos termos da legislação profissional aplicável.
- c)** Será admitida a participação de Técnico Industrial em Edificações, Técnico Industrial em Construção Civil ou outros profissionais técnicos legalmente habilitados, exclusivamente como integrantes da equipe técnica de execução, para desempenho de atividades compatíveis com suas atribuições legais e regulamentares, desde que atuem sob supervisão direta do responsável técnico principal da obra.
- d)** A atuação de profissionais técnicos vinculados ao sistema CFT/CRT não substitui, em nenhuma hipótese, a obrigatoriedade de responsável técnico principal de nível superior habilitado para responder pela execução global da obra, tampouco supre a necessidade de apresentação da respectiva ART ou RRT exigida para início, acompanhamento e conclusão da execução contratual.
- e)** A apresentação de TRT – Termo de Responsabilidade Técnica possui caráter complementar e restrito às atividades legalmente atribuídas ao profissional técnico, não se equiparando à responsabilidade técnica global da obra.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

55

3.7. Quanto à capacitação técnico-operacional:

- A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional por meio da apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, podendo ser registrados/averbados ou não junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em conformidade com a legislação vigente e, especialmente, com as disposições da resolução atual aplicável do sistema CONFEA/CREA.
- Ressalta-se que, na hipótese de apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), esta somente será aceita se estiver obrigatoriamente acompanhada do respectivo atestado de capacidade técnica operacional que lhe deu origem, devidamente compatível com o objeto licitado, não sendo admitida a apresentação isolada da CAO como forma suficiente de comprovação.
- A proponente, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT) dos responsáveis técnicos, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

3.8. Quanto a capacitação técnico-profissional:

- Será solicitada a apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação vigente, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem o objeto desta licitação, elencados no subitem acima, relativa à execução de obra, em edifícios públicos ou privados, compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação.
- Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, será exigida a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) devidamente acompanhada do respectivo atestado de capacidade técnica, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pelo sistema CONFEA/CREA, de modo a assegurar a vinculação entre o acervo registrado e a efetiva execução dos serviços compatíveis com o objeto pretendido.
- Excepcionalmente, será admitida a apresentação de CAT desacompanhada de atestado nos casos em que o acervo tenha sido expedido em data anterior à vigência da norma que passou a exigir tal vinculação, desde que devidamente comprovada essa condição temporal.
(Resolução nº 1.137/2023, publicada em 31 de março de 2023)

3.9. Conforme prevê o Art. 67, §1, a exigência de atestados ou acervos técnicos será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, conforme quadro demonstrativo abaixo:



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

56

SERVIÇO REQUERIDO	UND	QNT
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ- DIREITO DUPLO, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020.	M2	61
CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600L.	M3	14,12
POÇO TUBULAR, PROFUNDIDADE 100m (INCLUSO CONJUNTO MOTO-BOMBA E SERVIÇOS DE EXECUÇÃO) - BDI DIFERENCIADO.	Unid	1
ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	427,79
PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_01/2026	M3	53,13
REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³/POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	389,64
TUBO PVC PBA JEI, CLASSE 12, DN 75 MM, PARA REDE DE ÁGUA (NBR 5647) - INCLUSO ASSENTAMENTO	M	708,46

NOTA EXPLICATIVA:

A presente exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional foi definida em observância ao art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, restringindo-se às parcelas de maior relevância técnica da obra, consideradas essenciais à adequada execução do objeto contratual. Embora determinados serviços constantes da planilha orçamentária representem percentual individual inferior a 4% do valor global estimado da contratação, verifica-se que tais itens possuem elevada criticidade executiva, complexidade operacional e impacto direto na funcionalidade, segurança, estabilidade e desempenho final da obra, circunstância que justifica tecnicamente sua inclusão como parcela relevante para fins de habilitação técnico-operacional.

A Administração adotou como parâmetro de exigência o quantitativo máximo de até 50% dos serviços considerados relevantes, em conformidade com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, especialmente nos termos da Súmula nº 263 e dos Acórdãos nº 1.214/2013-Plenário, nº 3.070/2013-Plenário e nº 2.099/2021-Plenário, os quais reconhecem que a relevância técnica da parcela não se vincula



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

57

exclusivamente ao percentual financeiro do item no orçamento da obra, podendo decorrer de sua complexidade, especialização, risco executivo ou essencialidade ao funcionamento do empreendimento.

No caso concreto, identificou-se que serviços como execução de poço tubular profundo, concretagem estrutural, formas e escoramentos, escavações mecanizadas e implantação de redes hidráulicas, embora possuam participação financeira reduzida no orçamento global, demandam experiência operacional específica, controle técnico rigoroso e execução especializada, sendo indispensáveis à adequada entrega da obra pública. Eventuais falhas na execução destes serviços possuem potencial de comprometer parcial ou integralmente o desempenho estrutural, operacional e funcional do empreendimento.

Dessa forma, a exigência dos respectivos acervos técnico-operacionais não possui caráter restritivo ou direcionador, mas sim preventivo e garantidor da execução satisfatória do objeto, visando assegurar que a futura contratada detenha experiência mínima compatível com os serviços tecnicamente críticos da contratação, em observância aos princípios da eficiência, segurança da contratação, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

A estimativa das quantidades foi definida com base no levantamento técnico das necessidades da Administração, considerando a natureza do objeto, a demanda a ser atendida, as condições de execução e os parâmetros constantes nos estudos preliminares e documentos técnicos do processo.

Os quantitativos indicados refletem a previsão necessária e suficiente para atendimento do interesse público, observando critérios de razoabilidade, economicidade e compatibilidade com a finalidade da contratação, nos termos do art. 18, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, e do art. 7º, inciso V, da IN SEGES nº 40/2020.

A definição das quantidades levou em consideração o dimensionamento do objeto, a demanda estimada, a capacidade de execução, a disponibilidade orçamentária e a necessidade de evitar tanto o subdimensionamento quanto o excesso de contratação.

Dessa forma, os quantitativos previstos mostram-se adequados ao atendimento da demanda administrativa, servindo de base para a composição do orçamento estimativo, para a definição da solução pretendida e para o regular planejamento da contratação.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO - (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

58

O levantamento de mercado foi realizado mediante análise de contratações similares, consultas a bancos oficiais de preços e pesquisas junto ao mercado fornecedor, visando identificar soluções compatíveis com o objeto pretendido, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Verificou-se a existência de fornecedores aptos à execução do objeto, bem como a compatibilidade da solução adotada com as práticas regularmente executadas no mercado. As análises também permitiram identificar serviços de maior relevância técnica, ainda que de baixo impacto financeiro no orçamento global, subsidiando a definição das exigências de qualificação técnica e demais critérios da contratação.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO - (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

A estimativa do preço da contratação, em atendimento ao inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 7º, inciso VI da Instrução Normativa nº 40/2020, foi elaborada com base em valores obtidos por meio de sistemas referenciais oficiais de custos, conforme previamente justificado, notadamente aqueles disponibilizados em bases como SINAPI, os quais refletem os preços praticados no mercado para serviços de engenharia compatíveis com o objeto pretendido.

A composição da estimativa considerou a elaboração de planilha orçamentária detalhada, estruturada a partir das composições unitárias extraídas dos referidos bancos de preços, abrangendo insumos, mão de obra, encargos sociais e a aplicação de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), observando-se as boas práticas da engenharia de custos e a realidade local de execução. Ressalta-se que tais referenciais são amplamente utilizados pela Administração Pública, conferindo maior segurança, transparência e padronização ao processo de formação de preços.

Por fim, destaca-se que os valores estimados foram consolidados com base nesses bancos oficiais, sendo considerados suficientes para aferir a compatibilidade com o mercado e subsidiar a análise de vantajosidade da contratação, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mantendo-se o caráter referencial da estimativa para fins de julgamento das propostas e verificação de exequibilidade.

6.1. A presente contratação estima-se:

DESCRIÇÃO	VALOR
Implantação de Sistema de Abastecimento de Água	R\$ 576.334,66

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

59

A **descrição da solução como um todo**, em atendimento ao inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 7º, inciso IV da Instrução Normativa nº 40/2020, contempla a análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade pública relacionada à Implantação de Sistema de Abastecimento de Água, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

SOLUÇÃO 1 - Inicialmente, avaliou-se a **execução direta pela Administração**, a qual se mostrou limitada em razão da ausência de corpo técnico especializado suficiente, bem como da indisponibilidade de equipamentos, insumos e estrutura operacional necessária à execução integral dos serviços de engenharia com a qualidade e celeridade exigidas.

SOLUÇÃO 2 - Em seguida, analisou-se a possibilidade de **terceirização parcial dos serviços**, com a contratação isolada de mão de obra ou de etapas específicas da obra. Contudo, tal alternativa apresenta maior complexidade na gestão e fiscalização contratual, além de potencial aumento de riscos quanto à compatibilidade técnica entre as etapas executadas, podendo comprometer a eficiência e a padronização dos resultados.

SOLUÇÃO 3 - Por fim, identificou-se como solução mais adequada a **contratação de empresa de engenharia especializada**, por meio de empreitada, responsável pela execução integral dos serviços previstos em projeto, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e gestão técnica da obra. Essa alternativa proporciona maior eficiência na execução, melhor controle de prazos e custos, além de permitir a transferência de responsabilidades técnicas à contratada, garantindo maior segurança à Administração.

SOLUÇÃO ADERIDA - Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa de engenharia para execução do projeto apresenta-se como a solução mais vantajosa [SOLUÇÃO 3], viável e alinhada ao interesse público, assegurando a adequada entrega do objeto com qualidade, economicidade e observância às normas técnicas e legais aplicáveis.

8 – JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO - (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

A Administração opta pelo não parcelamento do objeto referente à contratação de empresa de engenharia para revitalização de calçadas no Município de Porto Walter/AC, em razão da necessidade de execução integrada, padronizada e contínua dos serviços.

A divisão do objeto poderá comprometer a qualidade da execução, o controle dos serviços, o cronograma da obra e a padronização dos materiais e acabamentos, além de gerar dificuldades na fiscalização e conflitos de responsabilidade entre diferentes empresas.

Além disso, considerando as dificuldades logísticas e operacionais da região, o parcelamento poderá elevar custos de mobilização, transporte e administração contratual, tornando a execução menos eficiente e menos econômica para a Administração.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

60

Dessa forma, o não parcelamento mostra-se tecnicamente e administrativamente mais vantajoso, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A presente contratação tem por finalidade promover a implantação de sistema de abastecimento de água na Comunidade Vitória, no Município de Porto Walter/AC, visando ampliar o acesso da população ao fornecimento regular de água potável, em condições adequadas de qualidade, segurança e continuidade.

Como resultados pretendidos, busca-se garantir melhores condições sanitárias e de saúde pública à comunidade beneficiada, reduzindo situações de vulnerabilidade relacionadas à ausência ou insuficiência de abastecimento hídrico, além de proporcionar melhoria da qualidade de vida da população local.

Pretende-se ainda assegurar maior eficiência no atendimento das demandas essenciais da comunidade, promovendo infraestrutura adequada de captação, reservação e distribuição de água, contribuindo para o desenvolvimento social da localidade e para a redução de riscos relacionados ao consumo de água inadequada.

A solução também objetiva proporcionar durabilidade, funcionalidade e segurança operacional ao sistema implantado, mediante execução técnica compatível com as necessidades locais e observância das normas técnicas aplicáveis, atendendo ao interesse público e à finalidade social da contratação, nos termos do art. 18, §1º, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

As **providências prévias ao contrato**, nos termos do planejamento estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, consistem na adoção de medidas administrativas e técnicas indispensáveis para assegurar a adequada execução do objeto. Dentre elas, destacam-se a elaboração e aprovação dos projetos básicos/executivos, com todos os elementos técnicos necessários; a validação das planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros; a obtenção de licenças, alvarás e demais autorizações junto aos órgãos competentes; e a verificação da disponibilidade orçamentária e financeira para suportar a contratação.

Adicionalmente, deverá ser promovida a designação formal de gestor e fiscais do contrato, bem como a definição dos procedimentos de acompanhamento e fiscalização da obra. Também se faz necessária a análise prévia das condições do local de execução, assegurando que as áreas estejam desimpedidas e aptas ao início dos serviços.

Por fim, deverão ser adotadas providências relacionadas à formalização contratual, incluindo a conferência da documentação de habilitação da futura contratada, a exigência de garantias contratuais,



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

61

quando cabível, e o alinhamento das obrigações entre as partes, de modo a garantir a regular, eficiente e segura execução do contrato.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES - (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

As **contratações correlatas e/ou interdependentes**, conforme o inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso VIII da Instrução Normativa nº 40/2020, não são essenciais para a execução do objeto, uma vez que a contratação principal abrange os serviços necessários. Eventuais contratações correlatas, como apoio técnico ou serviços complementares, possuem caráter acessório e podem ser realizadas de forma independente, sem impactar o andamento da obra.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS - (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A execução do objeto poderá gerar impactos ambientais pontuais relacionados à movimentação de solo, escavações, geração de resíduos da construção civil, utilização de equipamentos e intervenções necessárias à implantação do sistema de abastecimento de água.

Contudo, os impactos identificados são considerados controláveis e mitigáveis, devendo a futura contratada adotar medidas adequadas de proteção ambiental, destinação correta dos resíduos, controle de erosões, preservação das áreas adjacentes e observância das normas ambientais aplicáveis durante toda a execução dos serviços.

A contratação possui relevante impacto ambiental positivo, considerando que a implantação do sistema proporcionará melhoria das condições sanitárias da Comunidade Vitória, ampliação do acesso à água potável e redução de riscos à saúde pública, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada.

A execução deverá observar, no que couber, a legislação ambiental vigente, boas práticas de sustentabilidade e medidas destinadas à minimização de danos ambientais decorrentes da obra, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13 – DA INVERSÃO DE FASES - (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A Administração Pública, visando assegurar maior eficiência, segurança contratual, economicidade e adequada seleção da proposta mais vantajosa, adotará no presente procedimento licitatório a sistemática de inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, realizando inicialmente o julgamento das propostas e posteriormente a análise da documentação de habilitação apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.

A medida decorre da necessidade de aperfeiçoamento da fase competitiva das licitações de obras e serviços de engenharia, sobretudo diante do elevado índice de contratos paralisados, obras inacabadas e pedidos excessivos de reequilíbrio econômico-financeiro observados na Administração Pública, muitas vezes ocasionados pela participação de empresas sem a devida capacidade técnica,



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

62

operacional e econômico-financeira para suportar a execução integral do objeto contratado.

Observa-se, na prática administrativa e nos apontamentos recorrentes dos órgãos de controle, que disputas excessivas de lances e descontos desproporcionais, desacompanhados da efetiva capacidade técnica de execução, acabam comprometendo a exequibilidade contratual, ocasionando abandono de obras, baixa qualidade construtiva, necessidade de aditivos sucessivos, atrasos no cronograma físico-financeiro e frequentes pleitos de reajustes e reequilíbrios econômicos.

Nesse contexto, a inversão de fases mostra-se mecanismo eficiente para racionalizar o procedimento licitatório, permitindo maior celeridade administrativa sem afastar o rigor da verificação técnica e documental da empresa vencedora, preservando integralmente os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, motivação e seleção da proposta mais vantajosa.

A sistemática encontra amparo no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza expressamente a inversão das fases de habilitação e julgamento mediante ato motivado e previsão editalícia, constituindo importante instrumento de modernização procedimental e eficiência administrativa.

Além disso, a Administração deverá observar rigorosamente a análise de exequibilidade das propostas apresentadas, especialmente diante de descontos excessivos que possam comprometer a adequada execução contratual.

Importante destacar que órgãos técnicos da Administração Pública Federal, incluindo orientações e pareceres vinculados ao Ministério da Defesa, têm reconhecido que descontos superiores a aproximadamente 25% sobre os valores referenciais de obras públicas, em regra, revelam forte indicio de inexecuibilidade, sobretudo em contratos de engenharia com elevada complexidade logística, operacional e estrutural.

Tal entendimento decorre da constatação técnica de que descontos excessivos frequentemente inviabilizam a adequada aquisição de insumos, mobilização de equipamentos, contratação de mão de obra qualificada e cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, comprometendo diretamente a qualidade, segurança e continuidade da execução da obra pública.

No caso específico do Município de Porto Walter/AC — localizado em região de difícil acesso logístico, com elevados custos operacionais, limitações de transporte e significativa variação de preços de insumos — a aceitação indiscriminada de propostas com descontos excessivos poderia representar grave risco à execução contratual, aumentando consideravelmente a probabilidade de paralisações, aditivos financeiros, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e até eventual rescisão contratual por incapacidade operacional da contratada.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que a Administração deve promover análise criteriosa da exequibilidade das propostas, especialmente em contratos de engenharia, visando prevenir futuras paralisações e danos ao erário.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes fundamentos e entendimentos aplicáveis:

- **Art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021** — autoriza expressamente a inversão de fases;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

63

- **Art. 59, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021** — determina a desclassificação de propostas inexequíveis;
- **Art. 11 da Lei nº 14.133/2021** — estabelece como objetivos da licitação assegurar seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso e evitar contratações inexequíveis;
- **Acórdão 2.622/2013 – Plenário/TCU** — reforça a necessidade de análise de exequibilidade e mitigação de riscos contratuais em obras públicas;
- **Acórdão 1.211/2021 – Plenário/TCU** — destaca a importância da eficiência, racionalização procedimental e gestão de riscos nas contratações públicas;
- **Acórdão 325/2007 – Plenário/TCU** — reconhece a necessidade de avaliação criteriosa de propostas com descontos excessivos em obras e serviços de engenharia;
- Doutrina de **Marçal Justen Filho**, que defende a necessidade de compatibilização entre competitividade e segurança da execução contratual;
- Doutrina de **Ronny Charles Lopes de Torres**, ao destacar que a proposta mais vantajosa não se confunde com o menor preço absoluto, mas sim com aquela efetivamente exequível e capaz de assegurar a entrega regular do objeto.

Dessa forma, a adoção da inversão de fases, aliada ao rigoroso controle de exequibilidade das propostas e à análise técnica da capacidade operacional da futura contratada, constitui medida necessária, proporcional e plenamente alinhada ao interesse público, visando prevenir riscos de paralisação, proteger o erário e assegurar a adequada execução da obra pública nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

14 - DA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA FORMA PRESENCIAL – (art. 17º, §2º da Lei nº 14.133/21).

Considerando as peculiaridades operacionais, logísticas, estruturais e econômicas do Município de Porto Walter/AC, a Administração Pública Municipal conclui pela viabilidade e adequação da realização do presente procedimento licitatório na forma presencial, observando os princípios da eficiência, competitividade, economicidade, desenvolvimento regional sustentável e ampliação da participação do mercado fornecedor local e regional.

A medida encontra fundamento no art. 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a realização de licitação presencial mediante justificativa motivada, bem como no art. 176 da mesma legislação, o qual estabelece tratamento diferenciado aos Municípios com população inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes, especialmente quanto à adaptação gradual aos meios eletrônicos e às limitações estruturais existentes em localidades de pequeno porte.

No âmbito local, a adoção da forma presencial possui respaldo no Projeto de Lei Municipal nº 442/2026, especialmente em seu art. 6º, que prevê a possibilidade de utilização da modalidade



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

64

presencial quando houver limitação de acesso tecnológico dos fornecedores locais, necessidade de ampliação da competitividade regional ou quando a natureza do objeto assim exigir.

O Município de Porto Walter/AC apresenta características geográficas próprias da região amazônica, com limitações relevantes relacionadas à conectividade, instabilidade de internet, dificuldades de transmissão de dados e restrições de acesso contínuo às plataformas digitais, circunstâncias que impactam diretamente a operacionalização integral de certames eletrônicos por parcela significativa dos fornecedores locais e regionais.

Verificou-se, a partir da realidade administrativa municipal e do comportamento do mercado fornecedor regional, que a utilização exclusiva da forma eletrônica poderá comprometer a competitividade material do certame, reduzindo a efetiva participação de microempresas, empresas de pequeno porte e fornecedores regionais, especialmente aqueles localizados em áreas com limitada infraestrutura tecnológica.

Além disso, considerando a natureza do objeto — envolvendo obras e serviços de engenharia — observa-se a necessidade de maior interação técnica entre Administração, setor de engenharia, agentes de contratação e licitantes, especialmente para análise de documentos técnicos, planilhas orçamentárias, composições de custos, cronogramas físico-financeiros, acervos técnicos e demais elementos relacionados à execução contratual.

A Administração também considerou os aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico local e regional, em consonância com os objetivos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto Federal nº 8.538/2015 e na legislação municipal de incentivo às empresas locais e regionais.

A adoção da forma presencial visa ampliar a competitividade efetiva do certame, fomentar a participação de empresas locais e regionais, fortalecer a economia municipal e reduzir barreiras operacionais que poderiam limitar o acesso de fornecedores às contratações públicas municipais.

Importante destacar que o Decreto Federal nº 10.024/2019 regulamenta o pregão eletrônico no âmbito da Administração Pública Federal, não estabelecendo obrigatoriedade absoluta aos Municípios para adoção exclusiva da forma eletrônica, especialmente em contratações de obras e serviços de engenharia, desde que exista motivação técnica e administrativa devidamente formalizada nos autos do processo.

O entendimento dos órgãos de controle externo reconhece que a forma eletrônica possui caráter preferencial, e não absoluto, sendo admissível a adoção da forma presencial quando demonstradas peculiaridades regionais, limitações estruturais e necessidade de ampliação da competitividade efetiva.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado quanto à necessidade de observância da competitividade material dos certames, admitindo soluções administrativas compatíveis com a realidade local, desde que devidamente motivadas e alinhadas ao interesse público, conforme entendimento constante nos Acórdãos nº 2.471/2008-Plenário, nº 1.214/2013-Plenário, nº 2.622/2013-Plenário e nº 1.793/2011-Plenário.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

65

A doutrina administrativa igualmente reconhece a legitimidade da adoção da forma presencial em situações excepcionais devidamente justificadas. Marçal Justen Filho sustenta que a Administração deve adotar o procedimento mais adequado à obtenção da proposta mais vantajosa, observando as peculiaridades concretas da contratação e do mercado fornecedor. No mesmo sentido, Ronny Charles Lopes de Torres defende que a motivação técnica adequada legitima a adoção excepcional da forma presencial, especialmente em Municípios de pequeno porte e localidades com limitações operacionais e tecnológicas.

Ressalta-se ainda que a adoção da forma presencial não implicará qualquer mitigação aos princípios da legalidade, publicidade, transparência, competitividade e controle administrativo, permanecendo assegurada a ampla divulgação do certame no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, Diário Oficial e demais meios legalmente exigidos.

Todos os atos processuais observarão integralmente o rito procedimental previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo igualdade de condições entre os participantes, ampla publicidade dos atos administrativos, direito ao contraditório, à ampla defesa e à interposição de recursos administrativos.

Com o objetivo de ampliar os mecanismos de transparência, rastreabilidade e controle da sessão pública, será realizada gravação integral em áudio e vídeo de todos os atos praticados durante o certame, incluindo credenciamento, apresentação de propostas, fase de lances, manifestações, recursos e demais ocorrências relevantes da sessão pública presencial.

A medida visa assegurar maior segurança jurídica, integridade processual, preservação dos atos administrativos e plena possibilidade de fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, em observância aos princípios da governança pública, eficiência administrativa e transparência previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, considerando as limitações estruturais e tecnológicas locais, as peculiaridades da execução contratual, a necessidade de fortalecimento da economia regional, a ampliação da competitividade efetiva e o interesse público envolvido na contratação, conclui-se tecnicamente pela viabilidade e adequação da realização do procedimento licitatório na forma presencial, mediante motivação expressa constante nos autos do processo administrativo.

15 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO - (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

15.1. Pelo presente e em observância ao conteúdo abordado declaro ser viável a futura contratação do objeto em epígrafe.

15.2. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE: Com base nos elementos constante neste Estudo Técnico Preliminar, demonstrando a existência de soluções e fornecedores no mercado para a prestação dos serviços que atendam as necessidades desta administração, considera-se viável a o prosseguimento para a contratação pretendida.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

66

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Lei Federal 14.133/2021, bem como com o Lei Municipal 442/2026, Decreto municipal nº 211/2023, e em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da construção.

16.2. Os riscos envolvidos considerados são administráveis.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

67

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER** E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ: XXXXXXXXXXXX, na forma abaixo:

O **Município de Porto Walter**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.603.625/0001-68, com sede a Rua Alfredo Sales, S/N - Centro, Porto Walter-Ac, representado neste ato pelo Sr. **Sebastião Nogueira de Andrade**, Prefeito Municipal, portador da C.I. nº 191.8xx SSP/AC e CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita pelo CNPJ/MF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Centro, no município de XXXXXXXXXXXX, estado do XXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo administrativo nº 0XX/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 442/2026, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75 de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 00XX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Edital de Licitação que embasou a contratação;
- 1.3.2. A Proposta do Contratado;
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1.1. O prazo de vigência da contratação é de xx (xxxxx) dias contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

68

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

3.2. A responsabilidade técnica (RT) da contratada será em nome de “**INSERIR DADOS DO PROFISSIONAL**”, Eng. Civil, Registro Crea: **XXXXXXXXXXXXXX** onde nesta recairá todas e quaisquer responsabilidades técnicas da presente execução;

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Conforme descrito no Projeto Básico, anexo a este termo de contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

69

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

5.5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Projeto Básico.

5.5.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.5.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

70

5.5.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.5.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.5.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme datado, devidamente acostado aos autos.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INCC, mediante



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

71

casos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme Artigo 25, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico ou Projeto Básico;

7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;

7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

72

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Administração Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).

7.9.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.10. Notificar os emitentes das garantias contratuais quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.12. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

7.12.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.12.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado;

7.12.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.12.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

73

7.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

7.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás (quando for o caso);

7.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço; (quando for o caso);

7.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e (quando for o caso);

7.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

7.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

7.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

7.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.18.1. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.18.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

7.18.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.18.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.18.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

74

7.18.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.18.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.18.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.18.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.18.9. Notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.19. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

8.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021).

8.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.4.1. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

75

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.-

8.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. Entregar até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos ao setor responsável pela fiscalização do contrato, quando não for possível a verificação de sua regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital OU Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

76

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

8.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

8.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

8.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

8.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

8.24. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

8.25. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

8.26. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.27. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Projeto Básico, no prazo determinado.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

77

- 8.28.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 8.29.** Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 8.30.** Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 8.31.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 8.32.** Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 8.33.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 8.34.** Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 8.35.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 8.36.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 8.37.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 8.38.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 8.39.** Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.
- 8.40.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 8.41.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 8.42.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

78

de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.43. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

8.44. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

8.44.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

8.44.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

8.44.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

8.44.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

8.45. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

79

8.45.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

8.45.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.45.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros.

8.45.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

8.45.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.45.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.45.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

8.45.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

8.46. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.46.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

80

8.46.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

8.47. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

8.48. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.49. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

8.50. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

9.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

81

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) Multa:

- (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (a) O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

82

(2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

83

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Porto Walter deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

84

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Porto Walter, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Porto Walter/Ac, xx de xxxxx de 2025.

Sebastião Nogueira de Andrade
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
Contratado

TESTEMUNHAS:

1- _____ - CPF: _____

2- _____ - CPF: _____



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

85

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDEM AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

A empresa _____ inscrita pelo CNPJ _____ com
endereço _____, em atendimento ao Art 63, Inc I da Lei Federal
14.133/2021, declara, sob as penas de lei que atende os requisitos de habilitação.

Local – UF, xxxxx de xxxxxxxxxxxx de 2024

Assinatura

Cpf

Rg



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

86

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, neste ato representada por (Identificação completa do representante do licitante), devidamente constituído, doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I. A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

II. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

III. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

IV. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

V. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

VI. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2025



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

87

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ **DECLARA**, para fins de participação em licitação ou contratação direta com a Prefeitura Municipal de Porto Walter- Acre, sob as penas da lei que:

I – A empresa encontra-se enquadrada como ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006:

() SIM () NÃO

Assinale obrigatoriamente

II - A Empresa está apta a usufruir dos benefícios atribuídos ao enquadramento como ME, EPP ou MEI em razão de ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima para fins de resultar em seu desenquadramento segundo a previsão do art. 4º, §2º da Lei Federal nº 14.133/21:

() SIM () NÃO

Assinale obrigatoriamente

Cidade - UF, _____ de _____ de 2025.

Assinatura
CPF



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

88

ANEXO VI – MODELO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ por seu Representante Legal abaixo assinado indica o(a) Sr(a). _____ (nome), (qualificação) _____, como o seu Responsável Técnico para a execução do Contrato objeto desta licitação.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2025

(assinatura do representante legal)



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

89

ANEXO VII

MODELO DE CONCORDÂNCIA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

Declaro concordar com a minha indicação de Responsável Técnico para execução dos serviços/obras desta CONCORRÊNCIA.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2025

Assinatura e Carimbo do Responsável Técnico

Obs: Deverá ser apresentada declaração assinada por profissional com reconhecimento de firma em cartório ou com assinatura digital devidamente acompanhada da validação da assinatura no portal <https://validar.iti.gov.br/>, sob pena de não aceitação do documento.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

90

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988, E ART. 68, INCISO VI, DA LEI N. 14.133/2021.

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu Representante Legal o (a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXXX DECLARA, que para fins do dispositivo no inciso VI, do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, e cumprimento ao disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Cidade - UF, _____ de _____ de 2026



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

91

ANEXO IX MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

A Empresa inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável técnico nome do engenheiro _____, Registro no Conselho nº _____, Declara que RENUNCIA a visita técnica ao local da obra e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear, por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo do Responsável Técnico

Obs: Deverá ser apresentada declaração assinada por profissional com reconhecimento de firma em cartório ou com assinatura digital devidamente acompanhada da validação da assinatura no portal <https://validar.iti.gov.br/>, sob pena de não aceitação do documento.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

92

ANEXO X MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE NORMAS DE MEDIDAS ABNT

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu Representante Legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA de que, caso vencedor do certame cumprirá fielmente as disposições concernentes a NR 18, Norma Regulamentadora, que estabelece diretrizes de ordem administrativa e planejamento organizacional, que respaldam a implantação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no ambiente de trabalho, na indústria da construção, bem como as prescrições da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), pertinente aos serviços de que se trata esta despesa (art. 45 da Lei 14.133/21).

Cidade - UF, _____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo do Responsável Técnico



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

93

ANEXO XI MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **CONCORRÊNCIA Nº xx/2026**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo do Responsável Técnico



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

94

ANEXO XII CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

Pela presente submetemos à apreciação dessa comissão de contratação a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que:

- a)** Executaremos os serviços objeto da CONCORRÊNCIA em epígrafe, pelo preço de R\$ ____ (____), no prazo de _____ (_____) dias vinculado, exclusivamente, ao cronograma físico-financeiro, incluído neste a mobilização, cujo prazo será contado a partir da data do recebimento da respectiva Ordem de Serviço a ser emitida pela PREFEITURA. Ao tempo em que, assume inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na elaboração da Proposta.
- b)** Manteremos válida a Proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data de recebimento dos envelopes exigidos na presente licitação, aceitando que, ocorrendo Recursos de habilitação ou inabilitação de Licitante, bem como de julgamento das Propostas de Preços e de suas eventuais impugnações, durante o período de seus respectivos julgamentos, o prazo de validade da Proposta de Preços não correrá, tendo em vista o efeito suspensivo dos Recursos.
- c)** Utilizaremos os equipamentos e as equipes técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução dos serviços, de acordo com as exigências do Edital e de seus Anexos, bem como da fiscalização da PREFEITURA.
- d)** Na execução dos serviços/obras observaremos rigorosamente as especificações técnicas, assumindo desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas e padrões da PREFEITURA.
- Atenciosamente,

Porto Walter/Acre, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CPF
Endereço completo



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

95

ANEXO XIII MODELO DE DECLARAÇÃO DE SERVIDOR DO QUADRO SOCIETÁRIO

À prefeitura Municipal de Porto Walter
Assunto: Concorrência nº xx/2026.

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu Representante Legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA DECLARA, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante.